

VISÃO EDUCACIONAL DAS DROGAS: ORIENTAÇÃO PARA PAIS E PROFESSORES

Araci Asinelli-Luzs

INTRODUÇÃO

Leonardo Boff, em seu livro **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra** (2011), entre tantas ideias, apresenta-nos a seguinte reflexão, própria da era da complexidade: “A sociedade contemporânea, chamada sociedade do conhecimento e da comunicação, está criando, contraditoriamente, cada vez mais incomunicação e solidão entre as pessoas”.

Como decorrência desse *status quo* surge o descaso/descuido/negligência/abandono de nossos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e respeito para conosco, com nossa família, nossas crianças, nossos adolescentes, nossa casa, nosso Estado-Nação e a Terra enquanto Gaia. É nesse contexto de contradições entre conhecimento e ignorância, comunicação e isolamento, prazer e violência, cuidado e abandono que trazemos a temática das substâncias psicoativas de abuso (SPA), comumente denominadas drogas. Vale lembrar que consumir drogas é uma prática milenar a ponto de podermos afirmar que não existe sociedade sem drogas. Seus padrões de consumo são importantes reveladores antropológicos e nos ajudam a conhecer e compreender culturas, mitos, ritos e crenças, bem como sistemas de referências existenciais e religiosas das diferentes sociedades.

Se em determinado momento as sociedades conviviam com suas drogas e estabeleciam seus padrões e normas morais e éticas de consumo, com a globalização as drogas tornaram-se universais e a mais democrática das substâncias, tornando-se acessíveis aos diversos públicos, sem restrição de gênero ou classe social. Assistimos seu surpreendente processo de adaptação a inúmeras realidades, tendo

impacto na economia, na saúde, na educação, na segurança pública, na política, nos espaços de (con)vivência, portanto, na concepção de sustentabilidade em suas múltiplas facetas.

Se para o conjunto de usuários o consumo de drogas parece agregador (vide a organização de tribos, gangues, patotas, galeras e os espaços sociais de uso, como mocós, parques, praças, ‘cracolândias’ e, porque não dizer, escolas), para muitas famílias, professores, profissionais da saúde e da segurança pública o uso de drogas desagrega, é um risco real de dano eminente em muitas dimensões da vida humana, com especial ênfase na infância e adolescência, tendo em vista o “estágio peculiar de desenvolvimento”. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, é importante ampliarmos o conceito de sustentabilidade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da vida humana, que requer condições biopsicossociais próprias a cada indivíduo, bem como circunstâncias ambientais que envolvem o caráter coletivo e social e a identidade planetária.

Leonardo Boff apresenta uma concepção de sustentabilidade integradora, que nos ajuda a compreender a droga como componente cultural que, por sua ação no sistema nervoso central (SNC), altera as funções vitais, a capacidade perceptiva e de comportamento, colocando em risco a sustentabilidade da vida:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender às necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (2013, p. 107).

Ao nos referirmos anteriormente ao termo ‘droga’, por sua história focada nos modelos clínico e repressor, normalmente esperamos relatos de suas características, fisiologia, respostas comportamentais e consequência social, dada a ampla bibliografia bioquímica, médica, psicologizante e legal disponível nos vários idiomas, incluindo as específicas às drogas mais consumidas no mundo. Neste capítulo, no entanto, daremos ênfase aos aspectos educacionais ligados ao tema, ou seja, privilegiaremos as informações básicas que mães, pais, professores(as) devem saber para atuarem como agentes ativos na prevenção do uso de drogas em casa e na escola, tornando-se presença educativa na vida de crianças e adolescentes, como propõe Antônio Carlos Gomes da Costa (1997)¹. Esse papel exige intencionalidade, de modo a fazer diferença na vida do outro, impregnando de sentido a relação, ressignificar os vínculos.

Nesse sentido, destacamos que o foco da ‘prevenção’ é a pessoa, não a droga. Por isso precisamos ser *experts* em gente antes de querer saber tudo sobre drogas. Daí a importância de pais ou mães conhecerem de fato seus filhos(as), suas características de personalidade, saberem quem são seus amigos, seus talentos, os lugares onde gostam de estar. Do mesmo modo, professore(as) devem se interessar pelas narrativas de vida dos(as) estudantes, contextualizando os conteúdos da aprendizagem e variando as situações de estímulo-aprendizagem. Família e escola devem e podem estimular o prazer de estudar

em substituição ao prazer fugaz da droga. Não negligenciaremos, no entanto, as informações sobre as drogas, em especial as que constituem a realidade brasileira, mantendo viva a discussão para o desafio educacional para a prevenção de seu uso.

DESENVOLVIMENTO HUMANO: MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE RELAÇÃO

Embora nasçamos *Homo sapiens*, só nos tornamos homens e mulheres no convívio social. Weber argumenta que a possibilidade de nos tornarmos humanos ocorreu “com a prevalência do investimento parental” decorrente do “arranjo familiar de nossos ancestrais”. (2008). Com isso, o que poderia ser considerado desvantagem, a ‘absoluta dependência’ de crianças e adolescentes, permitiu múltiplas possibilidades de educação e desenvolvimento, mesmo que sob os cuidados permanentes dos adultos.

Acredita-se que, independentemente do modelo de família existente na qual se inclui a pessoa em desenvolvimento, a relação entre os seus membros de maneira ativa e compartilhada permitirá estruturar alicerces mais consistentes para as experiências futuras que surgiram ao longo da convivência, estendendo-se em condições mais seguras para o enfrentamento de dificuldades. (WEBER, 2008, p. 34).

Muitas são as concepções de desenvolvimento humano. No contexto da prevenção, interessa-nos o sentido e o significado que a droga exerce na vida da pessoa para melhor entendermos a relação de vínculo que possa estabelecer com ela. Por isso, adotamos o desenvolvimento na concepção bioecológica da evolução humana de Bronfenbrenner, que o define “como uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com seu ambiente” (2011), podendo ser “afetado pelos eventos que ocorrem em ambientes nos quais a pessoa nem sequer está presente” (2011), onde “as capacidades humanas e sua realização dependem em grau significativo do contexto social e institucional mais amplo da atividade individual” (2011), na perspectiva da sustentabilidade.

No paradigma bioecológico, a presença da droga no ambiente de desenvolvimento diretamente ligado à vida da pessoa em desenvolvimento, em qualquer etapa, como a família e a escola, caracterizaria uma transição ecológica com impactos significativos no desenvolvimento dela. Na perspectiva da sustentabilidade, envolveria inúmeras questões ambientais, de direitos humanos, econômicas, de relações socioambientais, em processos complexos, como deve ser entendida a sustentabilidade da vida no planeta, o desenvolvimento humano, a cultura do consumo da droga (desde sua produção), bem como a prevenção na família e na escola. Portanto, compreender o uso de drogas requer analisar o contexto numa “perspectiva multidisciplinar, sistêmico-relacional” (CALIMAN; PIERONI, 2015, p. 85), levando-se em conta todas as pessoas presentes nos ambientes e a qualidade das relações que aí acontecem. Nesse sentido, os fatores de risco para o uso de drogas presentes no ambiente podem ser modificados.

O desenvolvimento da criança e do adolescente depende das condições de proteção em sua rede primária básica – no microsistema familiar e também da interação com o mesossistema. Este último se localiza nas redes de serviços sociocomunitários, como a creche, a escola, as igrejas, as organizações sociais não governamentais, os grupos organizados e as demais iniciativas não formais de proteção que lhes dão sustentabilidade. Faz parte desse contexto ressaltar os valores que a escola consegue proporcionar nas atividades educativas que oferece, seja nos espaços formais, seja em ambientes não formais de aprendizagem.

VISÃO EDUCACIONAL DAS DROGAS NA PERSPECTIVA DA COMPLEXIDADE

Para Morin, “A ética do conhecimento e a ética da responsabilidade não são soluções, e sim caminhos”. (2010, p. 120). Assim, tomar consciência sobre os possíveis caminhos a percorrer supõe a “reforma das estruturas do próprio conhecimento” (2010, p. 122) em busca do pensamento complexo, que pressupõe a existência de grande quantidade de interações e interferências em diversos níveis nos sistemas vivos; seu aumento com a diversidade de elementos que constitui o sistema complexo; a complexidade como princípio articulador e organizador do pensamento; e a relação entre família e escola (mesossistema), inseridas estas em um contexto do qual são dependentes.

Reformar o próprio conhecimento exige conceber o ser humano em diversas dimensões que se entrelaçam e constroem sua complexidade, considerando o conjunto de papéis que representa na vida; a rede de interações de todas as pessoas com as quais está em relação; seu átomo social (seu mundo pessoal e afetivo) e seu *status* sociométrico (sua cota de amor nos grupos a que pertence). (FONSECA FILHO, 1980).

Dessa forma, a droga, antes de ser uma escolha pessoal, pode ser compreendida como sintoma de uma doença social, sinalizando uma sociedade em crise de valores socioambientais (ausência de cuidados).

A sociedade doente permite o abuso como forma de expressão de sua contribuição ao desenvolvimento humano e ambiental sem modelos referenciais, com dificuldades de resolver seus conflitos, com pouca ou nenhuma opção de prazer, falsa noção de poder e ausência de projetos de vida.

Como estimular projetos de vida em nossos filhos(as) e nos(as) estudantes quando a própria família e a escola se sentem inseguras e, cada vez mais, com dificuldades de resolver seus problemas existenciais? Nesse sentido, Morin afirma:

Viver é uma aventura. Desde a infância, da escola à adolescência, idade das grandes aspirações e das grandes revoltas, no momento de fazer as grandes escolhas da vida, amor, família, trabalho, e em todas as idades até o fim da vida, cada ser humano se depara com o risco do erro e da ilusão, do conhecimento fragmentário ou parcial. (2015, p. 16).

Nessa perspectiva, a droga pode ser entendida como toda substância psicoativa, natural ou sintética que, disponibilizada para uso/abuso, interfere no comportamento humano (sensação, percepção,

estado emocional) causando prejuízos nas áreas individual, familiar, social e de trabalho, porque expõe a diferentes situações de risco quem dela se utiliza, podendo causar dependência. Seu uso, sua inserção nas diferentes culturas, seus rituais, seus pressupostos e suas decorrências caracterizam-na como um fenômeno complexo. Sobre ela, como em tudo, “é preciso tomar decisões e, para isso, fazer escolhas” (MORIN, 2015, p. 25), e toda escolha é sempre um desafio.

A droga, suas formas, tipos, modalidades e padrões de consumo, soma-se aos fatores agressores e estressores da vida, como fome, poluição ambiental, violências, desigualdade social, trânsito, agrotóxicos, competitividade, consumismo, vida sedentária, exclusão social, esgotamento dos recursos do planeta, superpopulação mundial, enquanto buscamos a sustentabilidade social e planetária.

Diante disso, a forma mais usual de referenciar a droga é relacionando os efeitos que provoca no organismo e no comportamento humano, em detrimento de outras formas de representá-la, tais como a legalidade ou ilegalidade, a forma de consumo, origem, produção ou manipulação.

O conhecimento sobre as drogas durante a prevenção visa conhecer melhor o contexto em que vive a criança, o adolescente, o adulto e suas características e personalidade, bem como facilitar o diálogo entre pais ou mães e filhos(as) e entre estudantes e professores(as). Por isso, usaremos neste texto a classificação mais genérica sem, contudo, ferir o rigor técnico-científico que o tema exige.

As drogas ou substâncias psicoativas de abuso, com base em seus efeitos no sistema nervoso central, podem ser classificadas em três grandes grupos:

1. Depressoras do Sistema Nervoso Central (psicolépticas): diminuem a capacidade de resposta da atividade mental, reduzindo as possibilidades e competências relacionadas às atividades psíquicas e motoras, tais como vigília, atenção, fala, movimentos, poder intelectual, memória, prontidão, controle das emoções e reações. Geralmente produzem sonolência, relaxamento e sedação. São exemplos os barbitúricos, os tranquilizantes e o álcool.
2. Estimulantes do Sistema Nervoso Central (psicoanalépticos): incitam o sistema nervoso central aumentando sua capacidade de resposta, tendo como consequência o aumento da vigília, o tônus psíquico, a diminuição da fadiga (momentânea), a alteração na noção de força e poder. São exemplos as anfetaminas, a nicotina, o ecstasy e os ‘rebites’ usados por caminhoneiros.
3. Alucinógenos ou desestruturantes da atividade mental (psicodislépticos): interferem na percepção da realidade produzindo delírios, alucinações e manifestações semelhantes a psicoses e/ou neuroses. São exemplos os inalantes, a maconha, o ácido lisérgico (LSD), a cocaína, o *crack* e a heroína. Aliadas à resposta despersonalizante ocorrem reações depressoras (maconha) ou estimulantes (*crack*), conforme a droga.

Embora o álcool seja a droga que, por seu uso legalmente aceito, seja a mais relacionada aos danos sociais (violência, acidentes de trânsito, absenteísmo, separações, decorrências de saúde), no âmbito da escola, pais ou mães e professores(as) têm seus cuidados relacionados à prevenção e controle do uso das drogas ilícitas (na legislação brasileira), em especial a maconha e o *crack*, por serem de fácil acesso a jovens e até mesmo crianças.

Importante lembrar que tanto o consumo quanto o discurso sobre as drogas sempre fizeram parte da história da humanidade, variando com o tempo e as culturas, mudando seus significados e sentidos em cada contexto. A maconha, por sua prevalência entre adolescentes e a danosa síndrome amotivacional², ganha na atualidade novo destaque na polêmica discussão sobre a possibilidade do uso medicinal de alguns de seus componentes. Já o *crack* preocupa pelo efeito devastador no organismo humano e nos comportamentos sociais.

Tavares (2014), na apresentação de sua obra **A adolescência e o consumo de drogas**, chama a atenção para o fato de nas abordagens voltadas aos jovens manterem o foco nas drogas como “um mal em si, em detrimento de um olhar mais cuidadoso em relação aos jovens e seus determinantes de consumo”.

No campo da prevenção, a visão educacional das drogas facilita o diálogo e o diagnóstico precoce de problemas, auxilia na compreensão dos efeitos e fatores ligados ao consumo de drogas e não deve ser utilizada para destacar nem banalizar as substâncias psicoativas e seus efeitos, e sim problematizá-las. Isso porque os efeitos de uma droga nem sempre são os mesmos para diferentes pessoas. Seus efeitos dependem da droga (características, grau de pureza, outros componentes da mistura, quantidade de uso, forma de utilização, legalizada ou ilegal), do usuário (características, idade, relação entre altura e peso, estado emocional, expectativas, condições de consumo, grau de dependência, companhias) e local, ou seja, o ambiente em que o uso acontece (lugar público ou privado, com maior ou menor disponibilidade da substância, permissibilidade ou repressão, tempo de disponibilidade para o consumo, companhia de amigos etc.).

QUEBRANDO PARADIGMAS

Na visão educacional, não existem ‘drogas leves’ e ‘drogas pesadas’. Por isso devemos nos referir a ‘uso leve’ e ‘uso pesado’ de drogas, mesmo que a farmacologia indique maiores ou menores riscos relacionados a algumas substâncias psicoativas.

Vimos anteriormente que os efeitos da droga dependem das condições de uso, de quem a usa e o motivo do consumo naquele momento. Da mesma maneira, as drogas legalizadas não representam menor risco que as drogas consideradas ilegais em cada país, até porque as leis que proíbem ou regulamentam o uso de drogas variam de um país para o outro, bem como de uma droga para outra. Da mesma forma, devemos evitar comparar uma substância com outra, evitando construir representação de que há uma escala de maior ou menor gravidade ligada ao uso/abuso.

Para a prevenção, evitar o uso ou prorrogar o primeiro consumo é tarefa primordial da educação familiar e escolar. Por isso costumamos ressaltar que a ‘pior droga é a nossa’, ou seja, aquela de que fazemos uso, independente de qual seja, pois sempre estaremos sujeitos a situações de risco relacionadas ao seu consumo, bem como vulneráveis a ‘novas’ substâncias, geralmente sintéticas, disponibilizadas pela sociedade. Nesse sentido, o exemplo ainda é o melhor procedimento para educar.

Ressaltamos que as substâncias psicoativas sempre estiveram ligadas à história das civilizações, associadas à busca de melhor desempenho (nas guerras, no trabalho, na vida sexual, na atividade intelectual e na produção artística), à cura de doenças, à transcendência, a rituais religiosos, ao desejo de poder e a formas originais de prazer. Além disso, estudos mostram que pessoas sem adequadas informações sobre os efeitos das drogas, com saúde deficiente, insatisfeitas com sua qualidade de vida, com personalidade deficientemente integrada, que tenham fácil acesso às drogas, ideia de invulnerabilidade e de impunidade são mais propensas ao abuso de drogas.

Assim, a visão educativa sobre as drogas nega-se à ideia de improviso, de fazer qualquer coisa de qualquer jeito. Ela exige sim o acesso aos materiais pedagógicos e propõe a análise crítica dos mesmos. Tarefa que é desafiadora para pais ou mães e professores(as).

RELEMBRANDO CONCEITOS

Ao abordarmos as drogas e seus efeitos, uma palavra-chave sempre está sempre presente: ‘dependência’. Trata-se de um conceito ligado ao campo da saúde pública que isenta o dependente químico da responsabilidade por sua história de abuso que antecede a doença, assim como coloca a família e a escola em posição de guardiãs da possibilidade da abstinência, na medida em que são setores importantes da rede de (re)inserção social do dependente químico. No consumo de drogas há o fenômeno da tolerância, que ajuda a família a perceber a alteração do padrão de consumo de droga, alertando sobre a possibilidade da dependência.

Edwards e Lader, em sua obra **A natureza da dependência de drogas**, trazem interessante abordagem dos conceitos de adição, dependência e abuso de drogas que demonstram o caráter político destes, “expressando os relacionamentos do poder dominante”. (1994, p.28). Foi por meio do entendimento do alcoolismo enquanto doença, no entanto, que em 1962 o Ministério da Saúde “justificou o aprimoramento do tratamento médico especializado”. (1994, p. 28).

No contexto educativo, a dependência é entendida em sua concepção una, sem a dicotomia dependência física e dependência psicológica, necessária no campo clínico para dar suporte às intervenções. Compreender a dependência como doença crônica, incurável, mas tratável, apesar dos possíveis deslizos e recaídas, ajuda a família e a escola a entenderem a dificuldade do dependente em controlar o consumo de drogas e a reestruturar a dinâmica da casa, do estudo e do trabalho, evitando a codependência.

Do mesmo modo, a escola pode ensinar a prevenção, desenvolvendo nos estudantes o sentimento de solidariedade, possibilitando o retorno e a manutenção dos sujeitos aos estudos, usuários ou não, dependentes ou não, em seu espaço, promovendo a sustentabilidade pessoal e social em seu cotidiano. Reforçamos que isso é possível na concepção de mesossistema, ou seja, família, escola e saúde interagindo em prol de um objetivo comum.

No tratamento da dependência, a abstinência da droga provoca um quadro de mal-estar intenso e persistente, principalmente no início, necessitando, muitas vezes, de intervenção medicamentosa para

minimizar os sintomas, sob o risco de provocar a recaída. É a síndrome de abstinência, que varia em função dos efeitos da falta.

Os sinais e sintomas que provocam o mal-estar dependem do tipo de droga, do padrão de dependência e surgem algumas horas ou alguns dias após o último consumo. A família cuidadora é essencial para dar suporte à abstinência. A síndrome de abstinência é relativa a cada uma das drogas.

Outro aspecto importante do olhar educativo sobre as drogas é discriminar quem é quem na rede de relações que permeia o abuso de drogas. O usuário (experimentador, ocasional, frequente ou habitual, problema) e o dependente são os personagens, foco da ação nos campos da educação, da saúde, do serviço social e do direito, enquanto o traficante é o contraventor, de responsabilidade da segurança pública e da justiça.

ORIENTAÇÃO A PAIS OU MÃES E PROFESSORES(AS)

Investir em prevenção do abuso de drogas é optar pela vida, contribuindo para o desenvolvimento humano na perspectiva da sustentabilidade, isto é, cuidar de si, do outro e do planeta. Paulo Freire, em **Pedagogia da autonomia**, nos convida a exercer a ética:

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso nos fizemos seres *éticos*. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer da *ética*, quanto mais fora dela. [...] é uma transgressão. (1996).

Educar para a prevenção é fazer escolhas e ter como foco a pessoa. É compreender os fatores e processos que promovam o desenvolvimento humano integral, responsáveis por fortalecer e construir habilidades e competências nas pessoas. Trata-se do estudo das forças e virtudes do ser humano comum. Assim, o termo ‘prevenir’ pode ser considerado sinônimo de ‘educar’.

A prevenção promove o autoconhecimento e autoestima, o fortalecimento da identidade pessoal e cultural e o desenvolvimento da comunicação interpessoal. Propicia a vivência e reflexão a respeito de valores éticos universais e a sensibilização em questões de gênero e étnicas, além da resolução pacífica de conflitos.

No campo da prevenção, acolher as estratégias de redução de danos abre perspectivas de acolhimento para sujeitos que não pretendem ou ainda não conseguem interromper o uso de drogas. Nesse caso, a redução de danos permite o uso de “medidas que diminuem os danos provocados pelo uso de drogas”. (CRUZ, 2006, p. 15). A redução de danos é uma proposta de saúde pública que ultrapassa a visão linear do abuso de drogas e atinge o patamar dos direitos humanos. Possibilita que o dependente grave seja reconhecido como sujeito de direitos e (re)inserido no sistema de saúde, sendo-lhe permitido repensar sobre sua (in)capacidade de abstinência das drogas e as outras possibilidades de consumo, reduzindo danos à saúde e potencializando a sustentabilidade pessoal e do sistema.

A redução de danos, como outra intervenção no campo do consumo e da dependência de drogas, envolve aspectos técnicos, éticos, sociais, culturais, educacionais, espirituais, legais, no âmbito de cada área do conhecimento, exigindo a atuação de múltiplos profissionais. São muitas as experiências humanas que estão em jogo, iniciando pelo fracasso das iniciativas de prevenção.

Alguns exemplos de procedimentos de redução de danos: oferecer, junto ao tratamento da dependência, o acesso a exames clínicos para doenças transmissíveis por via venosa ou sexual para quem faz uso de drogas injetáveis, as terapias de substituição (uso da metadona aos dependentes de heroína, uso de benzodiazepínicos no tratamento da dependência do álcool, por exemplo), as campanhas de trânsito que propõem a dissociação do ato de beber do ato de dirigir e a proibição do fumo em lugares públicos e fechados. Vale destacar que esses procedimentos não impedem nem contradizem as possibilidades de agir em prol de diminuir o consumo e controlar a oferta de álcool e outras drogas. Atualmente, a redução de danos é uma das bases que fundamentam a assistência aos usuários de drogas no Brasil.

O Art. 227 da Constituição Federal: Doutrina da Proteção Integral assim expressa:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Em que pese a importância da família e do papel do pai ou mãe no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, as pesquisas relacionadas a álcool e drogas costumam mostrar a dinâmica familiar como um fator determinante para o consumo de drogas e, por esse motivo, a família tem sido chamada para participar ativamente do tratamento das dependências químicas. Nogueira, ao se referir à droga na família, afirma “A droga é um significante que ocupa um lugar para o sujeito que faz uso dela, bem como para cada membro da família”. (2006, p. 153). E continua, auxiliando-nos a refletir sobre a importância do exemplo para determinar o lugar que a droga ocupa na estrutura dos filhos: “o filho cujo pai se alcoolizava muito pode desenvolver horror ao álcool, ou se identificar a esse traço do pai, repetindo um modo de gozo inscrito pelo outro paterno”. (2006, p. 153).

Pelo exposto, na visão sistêmica pais ou mães e professores(as) devem nortear sua atuação no cuidado por meio de fatores de proteção e de risco:

O conhecimento de possíveis aspectos relacionados à presença de rede de apoio social e afetiva, coesão ecológica na família, escola instituição e até mesma na rua, bem como aspectos pessoais como valores/moralidade, autoestima, criatividade, sentido para vida e para realização, bem-estar, otimismo, humor, altruísmo, sociabilidade, autoeficácia e perspectivas de futuro podem servir como fatores de proteção e busca de alternativas para um desenvolvimento mais saudável. (LIBÓRIO; KOLLER, 2009, p. 23).

São fatores de proteção na família em relação à prevenção do abuso de drogas:

- Investir no diálogo entre pais ou mães e filhos(as) (porque assim fica mais fácil detectar mudanças no comportamento do(a) filho(a));

- Ênfase no afeto paterno, principalmente em organizações socioculturais em que o papel materno é definido como provedor de afeto e carinho e o papel paterno como provedor econômico da família;
- Interesse de pais ou mães na ocupação do tempo livre dos(as) filhos(as) e desenvolver vínculos familiares fortes;
- Apoio da família no processo de aquisição da autonomia;
- Monitoramento parental aos diversos processos de crescimento e desenvolvimento;
- Normas claras para os comportamentos sociais, incluindo-se o uso de drogas, ou seja, ensinar a vivenciar limites. Pais e mães que não ensinam limites não preparam seus filhos(as) para a vida em sociedade.

Ainda na família deve-se conhecer os(as) amigos(as) do(a) filho(a) e os pais ou as mães destes, ter exigências e expectativas quanto ao desempenho na escola e incentivar o engajamento em atividades comunitárias e de movimentos sociais ou de solidariedade.

Quanto ao comportamento de pais ou mães, estes devem estabelecer comunicação livre e fluente, fazer elogios às conquistas, colocar expectativas claras aliadas à educação com autoridade, compartilhamento de valores, atitudes e crenças sobre drogas.

São fatores de risco em relação ao abuso de drogas:

- Conflitos familiares graves, ausência de diálogo e de interação afetiva entre os membros da família e baixo envolvimento dos(as) filhos(as) nas atividades familiares;
- Suscetibilidade herdada ao uso e vulnerabilidade ao efeito das drogas; tabagismo, alcoolismo e uso de outras drogas dos pais ou mães;
- Pouco controle dos pais sobre amizades e atividades desenvolvidas pelos(as) filhos(as), bem como dificuldade dos pais ou mães em passar normas e ensinar limites, provocando no(a) filho(a) falta de assertividade e ambiguidade em relação a normas e leis;
- Pais ou mães que se apresentam como ‘amigos’ e não se posicionam como pai/mãe, educadores, figuras de autoridade e referência, de confiança e respeito, apresentando em vez disso envolvimento materno insuficiente e ausência paterna.

Acrescente-se aos fatores de risco estilo de criação autoritário (pais ou mães autocráticos, muito exigentes e pouco responsivos; filhos(as) obedientes às regras, porém com baixa autoconfiança); estilo de criação permissivo (pais ou mães indulgentes ou negligentes). No primeiro caso, haverá maior probabilidade de uso de drogas e desengajamento escolar. No segundo, problemas de várias ordens e em diversas áreas, desde o autoconceito até a competência. (WEBER, 2008).

São fatores de proteção na escola:

- Verbalização de expectativas positivas com relação ao aluno(a);
- Estímulo à continuidade dos estudos dos(as) estudantes, possibilitando encaminhamentos;
- Professores(as) bem preparados(as), que demonstrem prazer em ensinar e satisfação frente ao sucesso dos(as) estudantes;
- Atividades complementares criativas e promotoras de vínculos entre estudantes, pais ou mães, comunidade, escola e sociedade;
- Normas claras, limites bem colocados e combinados em lugar de regras impostas;
- Presença de associação de pais ou mães e professores(as), além de conselho escolar atuante;
- Adequação curricular;
- Presença de programa de prevenção como parte do projeto político-pedagógico da escola.

Além disso, a escola deve cuidar de sua infraestrutura, da mobilidade e da inclusão de estudantes, respeitar a diversidade em todas as suas formas de manifestação, manter diálogo permanente com a família e a comunidade e se destacar pelo padrão de relacionamento humano e índice de aprovação de seus estudantes.

São fatores de risco relacionados ao microssistema escola:

- Indefinição de normas e imposição de regras autoritárias;
- Ausência de projeto político-pedagógico adequado à realidade da comunidade e ao momento histórico;
- Relação conflitante entre família e escola;
- Desvalorização dos professores(as) e demais profissionais da educação;
- Tolerância ao uso de cigarros e bebidas alcoólicas;
- Utilização de rótulos para identificação do aluno como forma de punição ou de exclusão;
- Inexistência de programa de prevenção;
- Inadequação curricular;
- Forma conflituosa e discriminatória para tratar os conflitos;
- Descuido com o patrimônio e infraestrutura escolar.

É fundamental que a família e a escola compreendam a importância do diagnóstico precoce, considerando relevante todo e qualquer sinal ou mudança de comportamento significativo em seus filhos(as) ou estudantes para, de imediato, pedir ajuda especializada e agir preventivamente. Em um primeiro momento, o diálogo sempre é a melhor forma de mostrar que reconhecem e acolhem seus filhos(as) ou estudantes como eles(as) são e estão dispostos a ouvi-los(as) e ajudá-los(as).

Também é importante saber que a dependência pode e deve ser tratada, sendo possível seu controle quanto mais cedo for diagnosticada. Nesse sentido, é bom conhecer os serviços disponíveis em sua cidade e região e os diversos tipos de intervenção clínica, a saber: psicoterapias individuais e grupais; tratamento em regime ambulatorial; tratamento em regime de internação; grupos de mútua ajuda (Alcoólicos Anônimos – AA, Narcóticos Anônimos – NAA, Amor Exigente) e para os familiares; tratamento farmacológico (para os casos de intoxicação, síndrome de abstinência, período pós-abstinência e *craving*, manutenção) e terapia breve Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (ASSIST – Teste para Identificação de Problemas Relacionados ao Uso de Álcool e Substâncias), entre outros métodos de enfrentamento da dependência química.

Pais ou mães e professores(as) precisam saber que a busca por prazer e curiosidades acerca da sexualidade e das drogas são legítimas, lícitas e fazem parte da cultura dessa civilização. Por isso, é preciso manter a relação de confiança entre adolescentes, educadores, Pais ou mães, profissionais de saúde e comunidade, bem como o compromisso de fornecer informações corretas do ponto de vista científico e evitar emitir valores pessoais (por exemplo, idade para a primeira relação sexual, o que é droga leve e o que é droga pesada). Eles devem expressar claramente os valores que regem os próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, exercendo, sem medo, suas funções paterna ou materna e de educador(a).

Reafirmando o foco da prevenção na pessoa em desenvolvimento, autores sugerem que a motivação da prevenção deve estar focada na realidade dos adolescentes (em especial) e, sobre isso, apresentam algumas razões, tais como a redução das emoções negativas, o estímulo a emoções positivas e à criatividade, o aumento da coesão social e o sentimento de coletividade e solidariedade como forma de superação dos problemas diários. (CALIMAN; PIERONI, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resistir às drogas em um mundo estressante e desafiador é uma decisão complexa mesmo para um adulto. Como não o ser para crianças, adolescentes e jovens que são vulneráveis frente às experiências diferenciadas que trazem, como valor agregado, a ideia de poder e de prazer? Se a informação ajuda, por outro lado sua ausência fragiliza ainda mais quem dela necessita para uma tomada de decisão. Muitas são as fontes de informação, embora poucas sejam direcionadas para pais ou mães e professores(as). Os livros técnicos ‘assustam’ e dificultam a aproximação afetiva e o diálogo prazeroso entre pais ou mães e filhos (as).

Os motivos pelos quais os jovens usam drogas já são bem conhecidos: fuga de problemas com a família e os pais ou mães; desejo de serem aceitos num grupo de amigos; vontade de experimentar sensações novas e gostosas, de se sentirem mais soltos, menos tímidos, de irem contra as regras da sociedade, escaparem de pensamentos e sentimentos ruins, ficarem mais à vontade em festas e programas, estudarem e aprenderem com mais facilidade, fazerem alguma coisa no tempo livre, aumentarem a criatividade, se conhecerem.

Nesse contexto, uma pergunta silenciosa explode no ar: como uma relação de amor incondicional entre pais ou mães e filhos(as) pode ser também a causa de tanto dano?

Educar é uma prática quase impossível, que exige muita paciência e perseverança, da qual pais ou mães não podem se furtar. “Implica uma sintonia fina entre o que se deve permitir no incentivo à liberdade e o que se deve reprimir para facilitar a inclusão na vida societária”. (FREITAS, 2002, p. 46). Daí a importância dos limites e a educação em valores como medidas essenciais de prevenção, não só em relação ao abuso de drogas, como também no processo de desenvolvimento da resiliência, superando diferentes dificuldades e conflitos, comuns na vida em sociedade, em especial na fase escolar.

Tomar decisões e fazer escolhas são, por sua vez, exercícios cotidianos de extrema complexidade. Talvez porque negamos o que sempre soubemos: “cada um de nós é habitado por múltiplos personagens, abrigados dentro de uma só pele, atendendo por um único nome. E nem sempre esses personagens estão todos de acordo, diante de uma decisão importante”. (ARATANGY, 1998, p. 10-110).

Rever posições, ressignificar conceitos e resgatar valores exigem coragem e discernimento. Mais do que isso, requer desejo e intencionalidade. Nossos(as) filhos(as) dependem de nós tanto quanto dependemos deles para exercermos nossa maternidade/paternidade. Da mesma forma, professores(as) não são educadores sem seus complementares: os(as) estudantes.

Façamos de nossas casas e escolas espaços e lugares de vida plena, de relação verdadeira pelo afeto. Amar é preciso, prevenir é necessário. Sonhemos com outro mundo possível para nossos jovens, em nosso lar, em nossas escolas, em nosso país e em nossa casa Terra.

Parafraseando Mário Quintana, “Não corra atrás das borboletas. Cuide do jardim que elas virão até você”. (RECANTO DAS LETRAS, 2017).

BIBLIOGRAFIA

ARATANGY, L. R. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. R. G. (Org.). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

ASINELLI-LUZ, A. **Educação e prevenção ao abuso de drogas**: limites e possibilidades. 2000. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.

BEATTIE, M. **Codependência nunca mais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2011.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é? O que não é? 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Um guia para a família**. Brasília: SEDH; UNDCP, [s.d.]

- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CALIMAN, G.; PIERONI, V. **Sociologia e drogadição**. Guarapuava: Unicentro: UAB, 2015.
- COSTA, A. C. G. da. **Pedagogia da presença**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.
- CRUZ, M. S. Considerações sobre possíveis razões para a resistência às estratégias de redução de danos. *In*: CIRINO, O.; MEDEIROS, R. (Org.). **Álcool e outras drogas**: escolhas, impasses e saídas possíveis. São Paulo: Autêntica, 2006.
- EDWARDS, G.; LADER, M. **A natureza da dependência das drogas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FONSECA FILHO, J. S. **Psicodrama da loucura**: correlações entre Buber e Moreno. São Paulo: Ágora, 1980.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, L. A. P de. **Adolescência, família e drogas**: a função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GIGLIOTTI, A.; CARNEIRO, E.; ALELUIA, G. **Drogas sem**: aprenda a ajudar pessoas a se livrar de dificuldades com álcool e drogas. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.
- KOSSOBUDZKI, L. A.; CARAZZAI, L. R.; FREGA, O. A. **Guia de identificação das drogas**. Curitiba: Editora da UFPR, s.d.
- LARANJEIRA, R.; JUNGEMAN, F.; DUNN, J. **Drogas**: maconha, cocaína e *crack*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LIBÓRIO, R. M. C.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Adolescência e juventude**: risco e proteção na realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- MORIN, E. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NOGUEIRA, C. S. P. A família na toxicomania. *In*: CIRINO, O.; MEDEIROS, R. (Orgs.) **Álcool e outras drogas**: escolhas, impasses e saídas possíveis. São Paulo: Autêntica, 2006.
- POLETTI, R.; DOBS, B. **Resiliência**: a arte de dar a volta por cima. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- RECANTO DAS LETRAS. Mario Quintana. **Correndo atrás das borboletas**. 2017. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/analise-de-obras/6158952>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- ROBAINA, J. V. L. **Drogas**: o papel do educador na prevenção ao uso. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- SOUZA, O. A.; ASINELLI-LUZ, A. **Família e escola em rede de proteção**. Curitiba: Base, 2010. v. 4. (Coleção Família & Escola).
- TAVARES, L. A.; MONTES, J. C. (Orgs.). **A adolescência e o consumo de drogas**: uma rede informal de saberes e práticas. Salvador: Edufba/Cetad, 2014.
- WEBER, L. (Org.). **Família e desenvolvimento**: visões interdisciplinares. Curitiba: Juruá, 2008.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Pedagogo e educador brasileiro, foi presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Minas Gerais (Febem-MG) e responsável pela extinção e substituição desta pelas instituições socioeducativas para crianças e adolescentes em conflito com a lei. Teve importante participação na redação do Estatuto da Criança e do Adolescente e foi o grande incentivador do protagonismo juvenil. Faleceu em 4 de março de 2011 em decorrência de uma queda.
- 2 O usuário com essa síndrome perde o interesse pela vida, pelas atividades e relacionamentos familiares e escolares. Seu interesse fica direcionado exclusivamente ao consumo da maconha e há um nítido declínio em relação aos cuidados pessoais, incluindo a higiene.

Links

1. Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas (ABEAD):
www.abead.com.br
2. Associação Brasileira Multidisciplinar sobre Drogas (ABRAMD):
www.abramd.org.br
3. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID):
www.cebrid.epm.br
4. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID):
www.obid.senad.gov.br
5. Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD):
www.obid.senad.gov.br
www.senad.gov.br
6. Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas:
www.uniad.org.br
7. Federação de Amor Exigente:
www.amorexigente.org.br
8. Cruz Azul do Brasil:
www.cruzazul.org.br
9. Alcoólicos Anônimos (AA):
www.alcoolicosanonimos.org.br

10. Al-Anon e Alateen:

www.al-anon.org.br

11. Narcóticos Anônimos (NA):

www.na.org.br

12. Associação Parceria contra as Drogas:

www.contradrogas.org.br

13. Secretaria Nacional de Direitos Humanos:

www.youtube.com/user/unaids ou www.onu.brasil.org.br.